

Resgate e pós-resgate: Escritoras brasileiras do passado *Recovery and post-recovery: Women writers of Brazil's literary past*

[10.29073/naus.v8i2.1026](https://doi.org/10.29073/naus.v8i2.1026)

Recebido: 20 de novembro de 2025.

Aprovado: 2 de dezembro de 2025.

Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Rossana dos Santos , Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil,
rosanacassiadossantos@gmail.com.

Resumo

O trabalho de resgate de escritoras do passado vem sendo realizado no Brasil em especial a partir da década de 1980 e uma das referências, nesse sentido, é a *Antologia de Escritoras Brasileiras do Século XIX*, publicada em três volumes, nos anos 1999, 2004 e 2009. A obra foi organizada por Zahidé Muzart e contou com a colaboração de várias pesquisadoras, responsáveis por escrever os capítulos dedicados às escritoras. Assim, o objetivo neste texto será o de delinear o uso histórico do referido termo e ponderar sobre um certo incômodo em relação ao uso do termo “resgate” para os estudos de escritoras brasileiras do passado, a partir de uma espécie de revisionismo linguístico. Após essas décadas de trabalho com o resgate de escritoras, é preciso avançar em relação a essa etapa tão relevante de pesquisa, considerando o que chamarei de “pós-resgate”. Se antes, uma das principais metas era a de elencar escritoras e suas obras esquecidas, já é tempo, agora, de consolidar esse trabalho e prosseguir para que essas obras voltem a circular de forma consistente e sejam efetivamente lidas e estudadas, além de contextualizadas nas diferentes épocas literárias.

Palavras-Chave: Escritoras do Passado; Literatura Brasileira; Resgate e Pós-Resgate.

Abstract

The scholarly endeavor to *recover* women writers of the past has been underway in Brazil particularly since the 1980s. A central reference in this trajectory is the *Anthology of Brazilian Women Writers of the Nineteenth Century*, published in three volumes (1999, 2004, and 2009). Organized by Zahidé Muzart, the anthology was produced with the collaboration of several researchers responsible for the chapters dedicated to each writer. This text therefore aims to examine the historical use of the term “recovery” and to reflect on the unease surrounding its application in studies of Brazilian women writers of earlier periods, drawing on a form of linguistic revisionism. After decades devoted to the recovery of these authors, it is now necessary to advance beyond this foundational stage into what I call the “post-recovery” phase. Whereas one of the primary objectives in the past had been to identify and catalogue forgotten women writers and their works, the present moment demands the consolidation of this scholarship. The goal now is to ensure that these works consistently re-enter circulation, are actively read and studied, and are situated within the literary and historical contexts of their respective eras.

Keywords: Brazilian Literature; Recovery and Post-Recovery; Women Writers of the Past.

Neste texto, pretende-se abordar uma questão que vem se delineando nos últimos anos, referente ao momento atual das pesquisas sobre escritoras brasileiras do passado, o qual será denominado pós-resgate. No entanto, cumpre antes que se fale sobre o resgate. Em relação ao nosso passado literário, o resgate de escritoras brasileiras tem sido fundamental. Desde essa gênese de pesquisa da literatura de autoria feminina do passado (principalmente a partir dos anos 1980, no Brasil), a palavra resgate tem sido utilizada, no entanto, atualmente, tem recebido certa contestação em relação ao seu uso. Essa contestação não se apresenta formalizada, com artigos, por exemplo, que sistematizem a argumentação sobre o tema, mas ocorre geralmente através de questionamentos lançados ao final de apresentações sobre o tema em eventos, por exemplo, ou em diálogo com pares no âmbito acadêmico, contestação essa que assinala uma dimensão de passividade associada à palavra

resgate, o que pouco corresponderia à realidade das escritoras em períodos anteriores, em especial as do século XIX e início do século XX. A própria estrutura social da época não lhes oferecia muito espaço literário, e recebia suas obras em um misto de crítica velada e condescendência. Não por acaso, muitas utilizavam pseudônimos por razões diversas, mas certamente no sentido de se resguardarem de uma exposição negativa pelo fato de serem escritoras. Portanto, escrever nesse momento nada tinha a ver com passividade. Logo, por que a defesa do uso dos termos resgate e pós-resgate?

Assim, torna-se pertinente delinear o uso histórico e conceitual do termo resgate e ponderar sobre o incômodo em relação ao uso do vocábulo para os estudos de escritoras brasileiras do passado, incômodo esse baseado em uma espécie de revisionismo linguístico. Se a iniciativa do questionamento, em um primeiro momento, aparenta ser positiva, ao apontar as limitações da palavra, especialmente por conta da passividade a ela associada, pode ser vista também como uma espécie de imposição de certa maneira de se considerar determinadas questões, ensejando e/ou provocando um apagamento de relevante trajetória teórico-crítica já empreendida.

A palavra resgate transcendeu seu sentido de dicionário, tornando-se um conceito literário usado e reconhecido. Abdicar de seu uso por cismar com seu significado enquanto verbete significa perder um espaço teórico-crítico tão duramente conquistado no campo das letras. Para quem pertence ao meio literário, a palavra resgate remete ao trabalho de pesquisa de escritoras indevidamente esquecidas no passado, por motivos vários, delineados pelo viés de diferentes preconceitos. No entanto, a palavra resgate não se refere somente às escritoras, mas a todo um processo de revisão historiográfica, que inclui autoria, obra, contexto histórico-social, inclusive recepção crítica.

Isso posto, se os estudos dessa vertente do passado começarem a registrar diferentes palavras ou expressões, esse campo de pesquisa se ressentirá da ausência de um conceito mais amplamente reconhecível que assinala essa referida vertente. Outros termos ou expressões poderiam ser usados em substituição à palavra resgate, como “arqueologia literária” ou “revisão historiográfica”, citados aqui apenas como exemplos de que, assim, como resgate, essas expressões, ainda que “poéticas” ou mais “técnicas”, apresentam igualmente limitações. Em síntese, para quem trabalha nessa área, mais importa a dimensão conceitual e transcendente da palavra resgate do que seu significado *a priori* no dicionário. Ou seja, é primordial manter o uso da palavra resgate no sentido de se reconhecer sua abrangência ao longo das últimas décadas e consolidar essa vertente crítico-literária no campo literário. Condenar a utilização do termo terá como um de seus efeitos imediatos ensejar o uso de diferentes palavras e expressões em sua substituição, fragilizando ainda mais o trabalho nessa área. Dessa forma, expandiremos seu uso, e além de continuar a utilizar a palavra resgate, usaremos ainda e também a palavra pós-resgate, dela derivada e que a ela vem, diretamente associada, entendendo-a como um conceito com suas limitações, assim como outras palavras ao serem usadas como conceito também possuem fragilidades enquanto verbetes.

Como antes referenciado, o trabalho de resgate vem sendo realizado no Brasil em especial a partir da década de 1980 e um dos destaques, nesse sentido, é a antologia *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, publicada em três volumes, nos anos 1999, 2004 e 2009. A obra foi organizada por Zahidé Muzart (1939–2015), uma das principais pesquisadoras sobre autoria feminina do século XIX — e contou com a colaboração de várias pesquisadoras em rede, responsáveis por escrever os capítulos dedicados às escritoras, com informações biobibliográficas e excertos de seus textos literários. Zahidé Muzart destaca o ponto de partida dessa pesquisa:

No começo dos anos 80, no intuito de ministrar um curso sobre a presença da mulher na literatura brasileira, desejando incluir escritoras do século XIX, tive a grande surpresa de descobrir a quase total ausência da mulher nas histórias da literatura brasileira. Seria crível que as senhoras brasileiras não tivessem deixado uma linha escrita? Nem um conto, um pequeno poema, um soneto, um acróstico? E do que tivessem, porventura, escrito, nada guardaria algum interesse que merecesse o registro? (1999, p. 17).

Assim, a obra partiu de uma necessidade histórico-crítica de nossa literatura, uma vez que a historiografia canônica pouco ou quase nenhum espaço oferece à contribuição de escritoras. Uma antologia como essa não pretende oferecer alguma espécie de prerrogativa ao privilegiar apenas escritoras, mas se situa em um espaço de omissão histórico-cultural, tentando garantir um mínimo acesso a obras que não receberam a devida atenção em seu tempo. Tal iniciativa se faz muito necessária, pois mesmo atualmente, permanece uma percepção de que não houve escritoras no século XIX no Brasil ou de que houve poucas escritoras mesmo já no século XX.

Atualmente, porém, essa obra está esgotada e é vendida em sebos por altos valores. Também se percebe, entre pesquisadores/as de literatura uma “fé cega” nessa obra, considerando-a suficiente para essa perspectiva de resgate, julgando-a um ponto final na questão. Ainda que seu mérito seja reconhecido, isso está longe de corresponder à realidade. O último volume foi publicado em 2009 e estamos em 2025, percorrendo 16 anos de forma lenta, oscilando entre “tudo já foi dito a respeito” e críticas veladas ou nem tanto assim em relação às escritoras do passado, destacando-as por vezes como mulheres de classe social mais alta, com pouca consciência crítica, quase um cancelamento *a posteriori* de sua atuação social e literária, em um misto de ignorância e desinteresse pelo passado literário e, talvez, consequentemente descredibilizando/desvalorizando as pesquisas nessa área.

Ainda nesse sentido de resgate no Brasil, há que se destacar o trabalho de digitalização do acervo da Biblioteca Nacional, especialmente da Hemeroteca Digital, o qual tem permitido o acesso a materiais de época que foram negligenciados pela historiografia literária e agora estão sendo novamente acessados para a sua necessária revisão histórica e cultural.

Um dos textos resgatados por mim a partir dessa plataforma foi o romance-folhetim *Gazel* (1881), da escritora, musicista e atriz Luíza Leonardo (1859–1926). Durante algumas pesquisas sobre a autoria feminina brasileira do século XIX, encontrei informações sobre essa obra e a acessei através da hemeroteca da Biblioteca Nacional, em sua publicação original no jornal *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, de 16 de março a 2 de abril de 1881. Todos os capítulos foram transcritos e tiveram a sua grafia atualizada, a edição conta ainda com um estudo crítico sobre a obra e o acréscimo de seis textos da autora, recolhidos de diferentes anos e edições de periódicos. Esse trabalho de resgate propiciou um novo acesso aos textos literários de Luíza Leonardo. O romance *Gazel* ficou no passado em forma de folhetins voltando a circular, agora em livro, somente em 2023. Um dos textos recolhidos, uma espécie de prosa poética intitulado “Aromas”, foi dedicado à “alma adorável de Cruz e Sousa”. Luíza Leonardo e Cruz e Sousa (1869–1898) chegaram a integrar a mesma companhia teatral. Foram muitas as informações recolhidas sobre a escritora e sua obra, as quais se encontram registradas na referida edição. Então, não se trata apenas do resgate dos textos literários em si, mas ainda de seu contexto histórico-social. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido, com a necessidade de leituras, estudos, pesquisas, que permitam conhecer de fato a contribuição literária da escritora. Consequentemente, além de tratar criticamente sobre a utilização conceitual da palavra resgate e a dimensão que ela contempla, torna-se necessário expandir seu uso, considerando o pós-resgate. Depois de décadas de trabalho com o resgate de escritoras é preciso ir além em relação a essa etapa tão relevante de pesquisa.

Se antes, um dos principais objetivos referentes ao processo de resgate consistia em uma revisão historiográfica, elencando escritoras e obras invisibilizadas, considerando contexto histórico-social e recepção crítica — já é tempo, agora, de manter esse trabalho de forma paralela, visar a sua consolidação e avançar para que essas obras voltem a circular de forma consistente e sejam efetivamente lidas e estudadas, além de inseridas em suas diferentes correntes literárias. No entanto, é importante destacar que, ainda que resgate e pós-resgate possam ocorrer ao mesmo tempo, o prefixo pós se faz valer, pois o pós-resgate seria um processo que se entende para além do fato de encontrar uma obra rara e garantir uma nova edição da mesma. Porém, ambas perspectivas literárias, tanto a que se relacionaria ao resgate quanto ao pós-resgate, pouca acolhida têm encontrado em um presente, em boa medida, imediatista e excludente.

Para as mulheres do século XIX, escrever já era um ato de coragem, uma transgressão e, nesse sentido, a pesquisa, que comumente se associa ao resgate, se situa nesse viés, de (re)descobrir textos literários e torná-los

públicos novamente, para que a historiografia literária brasileira possa ser mais fidedigna ao nosso passado. É importante destacar que esse movimento de resgatar/(re)descobrir obras distantes no tempo que vem sendo empreendido há várias décadas, está longe de significar que essas obras do passado estejam disponíveis para a leitura do público leitor atual. Essa perspectiva cronológica evidencia que, paralelamente à pesquisa que visa a constituição de um panorama literário mais amplo e inclusivo, com o acesso a textos que vieram novamente à luz de nosso conhecimento, é fundamental que essas obras tenham uma nova chance de serem estudadas de fato.

É importante conhecer esses escritos, perceber de que tratavam, sobre o que escreviam essas escritoras, por que boa parte da autoria feminina do passado acabou esquecida pela história e pela crítica literária, instâncias que, em sua maior parte, a consideraram como contribuição inferior, menor, secundária. Basta ler os sumários de livros de historiadores como Sílvia Romero (1851–1914), José Veríssimo (1857–1916), Antonio Candido (1918–2017) e Alfredo Bosi (1936–2021) para que isso se constate. Os nomes de escritoras são basicamente inexistentes nas historiografias desses autores citados.

Nessa perspectiva, a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897, apresenta-se como exemplo. Tornou-se conhecida a questão que envolveu a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862–1934), cuja literatura era amplamente conhecida e reconhecida pelo público leitor de seu tempo, e que participou das primeiras reuniões para a fundação da ABL. Porém, seu nome foi vetado, porque não se admitiriam mulheres nesse espaço, considerado legitimador da literatura por excelência. O estatuto da Academia Brasileira de Letras apontava que “brasileiros” poderiam se candidatar para integrá-la, não “brasileiras”...

Há uma espécie de frase de efeito que muito vem sendo repetida ao longo do tempo: “Não importa quem escreve, mas o que escreve”, lançada eventualmente no sentido de, de certa maneira, deslegitimar o estudo da autoria feminina. Porém, essa assertiva não passa mesmo de uma frase de efeito, como bem o demonstra o exemplo da postura excludente da Academia Brasileira de Letras, essa sim, representante de outros setores da literatura que consideravam o sexo da autoria como critério para exclusão –, é preciso ir além dessa retórica vazia revestida de pretensa isenção que colabora para manter preconceitos e estigmas.

Para finalizar esse fato histórico da ocupação da vaga, como solução para resolver o impasse criado à época, foi concedida uma cadeira na Academia Brasileira de Letras a Filinto de Almeida (1857–1945), marido da escritora. Apenas 80 anos depois, em 1977, foi eleita a primeira mulher para a ABL, a escritora Rachel de Queiroz (1910–2003).

No entanto, essa questão da autoria feminina é mais profunda ainda e não se trata apenas de número de escritoras a ocuparem cadeiras em academias, ou número de prêmios concedidos a escritoras, embora isso também seja importante. Essa estrutura literária hegemônica atinge inclusive as próprias escritoras. Se no século XIX bastava uma mulher ser escritora e publicar seus livros para já ser considerado algo diferenciado e arrojado, conforme nos aproximamos desse nosso presente, torna-se relevante considerar a maneira como as escritoras se entendem no espaço literário. Muitas delas ainda se mostram tributárias a uma historiografia canônica que sempre praticamente ignorou sua presença, assim como, por vezes, apresentam sua obra a partir de uma espécie de ansiedade de autoria ou ansiedade de pertencimento ao espaço literário, tentando escrever para atingir expectativas de uma crítica literária por vezes preteritamente ancorada, repercutindo antigas questões associadas à autoria feminina e ao universo feminino, e se mostram muito ciosas de dizerem de pronto que escrevem ao amplo público leitor, e não somente às mulheres, como se uma literatura “intimista” ou de “escritas de si”, ou ainda associadas às temáticas ditas femininas, fosse algo secundário ou de menor valor literário. O trabalho de escrita literária deveria ser mesmo uma escolha e não uma resposta no sentido de agradar ou reverenciar à pretensa universalidade da literatura.

Após essa contextualização do conceito literário resgate, será enfocado o pós-resgate, igualmente considerando o um conceito literário. De maneira bastante preliminar e sintética, pós-resgate seria o processo de consolidação das obras das escritoras no campo literário hegemônico. São posturas primordiais associadas ao processo de

pós-resgate: ler, estudar, contextualizar literariamente autora e obra a partir da tríade historiografia, crítica e teoria literária, como também considerar a inclusão das obras no espaço hegemônico da literatura (constituído especialmente pelo espaço do ensino-aprendizagem). Como anteriormente pontuado, atualmente, há uma percepção sobre um certo desinteresse em relação às escritoras brasileiras do passado em contraponto às pautas “urgentes” do presente que se situa entre a perspectiva falha de que tudo já foi feito e a ignorância de não conhecer e, portanto, julgar que essas escritoras (por vezes consideradas de forma generalista como “senhoras de elite”) pouco teriam a acrescentar.

É também perceptível o número restrito de pesquisadoras/es na área de literatura brasileira do passado. O maior contingente de pesquisas se concentra na literatura a partir do Modernismo. Além de boa parte de pesquisas nas quais a literatura brasileira se apresenta reduzida a “pretexto” para discussões teóricas. O que se pretende aqui destacar é a forma como o campo literário se delineia atualmente e como determinadas abordagens se tornam “desimportantes” e/ou “desnecessárias”, enquanto outras são abordadas e valorizadas *ad infinitum*.

Assim, paralelamente ao resgate é preciso avançar para o pós-resgate, cumprindo considerar questões literárias fundamentais, tais como: sobre o que as escritoras do século XIX escreveram? Como elas se posicionavam naquele contexto de época? É relevante também pensar em como transitavam através dos movimentos literários do período, como o Romantismo, o Realismo/Naturalismo, o Parnasianismo, o Simbolismo. E avançar para as primeiras décadas do século XX, em especial os períodos do Pré-Modernismo e início do Modernismo. Até hoje, o ensino da literatura do século XX de autoria feminina está centrado de forma reducionista basicamente nos nomes de Cecília Meireles (1901–1964), Rachel de Queiroz (1910–2003), Lygia Fagundes Telles (1918–2022) e Clarice Lispector (1920–1977). As outras escritoras do passado praticamente não foram estudadas, não há uma inserção de seus nomes mais diretamente ligados a essas épocas literárias, no entanto elas conviveram nesse contexto, escreveram, foram lidas, leram, acompanharam a literatura de seu tempo. Resta, portanto, pensar: de que forma a sua literatura estaria posicionada nesse contexto?

Em relação à historiografia literária, Rita Schmidt destaca:

[...] na gestão social e simbólica das diferenças, a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, consequentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas. [...]. No momento em que a reflexão histórica remexe os dados estáticos e cumulativos da sua narrativa, abrindo-a para a diferença, a memória deixa de ser retrospectiva para ser prospectiva, em movimento para o futuro e, por isso mesmo, uma projeção de antigas esperanças (2010, pp. 179–180).

Se houvesse uma reflexão crítica a respeito de pesquisadores/as, professores/as, leitores/as sobre essas questões, provavelmente não passaríamos das primeiras etapas, constatando que boa parte não saberia da existência dessas escritoras do passado e, caso houvesse conhecimento de seus nomes, pouco ou nada teriam lido de seus textos literários. No caso de pesquisadores/as e professores/as, temos um cenário mais grave, pois suas pesquisas e aulas tendem a apresentar a literatura por um viés lacunar e excludente, perpetuando uma ignorância a respeito de nossa própria cultura ou, de certa forma, referendando que a literatura de autoria feminina seria mesmo inferior e secundária, pois essas pessoas, em grande medida, contribuem para “naturalizar” sua ausência. Esse cenário evidencia que ainda há um longo trajeto a ser percorrido para a composição da historiografia literária brasileira.

Historiografia literária brasileira essa que está essencialmente centrada na publicação em livros. Isto é, a imensa riqueza literária da publicação em periódicos não foi devidamente considerada por essa historiografia, o que explica porque romances como o já citado *Gazel* permaneceram por tanto tempo em quase completo esquecimento. A dificuldade de acesso aos periódicos de época e mesmo o fato de esses escritos terem sido praticamente ignorados pela historiografia e pela crítica literária fizeram com que parte de nossa literatura permanecesse negligenciada. Retomar essa literatura no presente também passa por essa percepção da importância em reconhecer o cenário de sua produção.

Constância Lima Duarte assinala em relação à relevância dos periódicos do passado:

[...] redescobertos, muitos periódicos devem propiciar novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, do papel das revistas e dos jornais na ampliação do público leitor e na conscientização feminina, além de revelar estratégias para driblar a censura e se expressar publicamente (2016, p. 19).

O trabalho de resgate de obras esquecidas de autoria feminina do passado é por si de extrema relevância e deve ser um processo contínuo, considerando-se o nível de esquecimento a que foram relegadas pelos espaços canônicos e legitimados da literatura. Faz-se necessário, no entanto, avançar em relação a isso, no sentido de se proceder à leitura e ao estudo das obras. Além da problematização criada em torno da palavra resgate (e talvez essa problematização atinja analogamente o pós-resgate), trabalhos, estudos e pesquisas necessitam considerar ambas as vertentes, de forma paralela. Usar apenas a palavra resgate (mesmo considerando sua carga histórica associada) limita a perspectiva da questão, pois resgate e pós-resgate estão imbricados.

Ao longo do tempo, tem havido avanços e mudanças no cenário literário, porém esses movimentos são instáveis e nos encontramos em um processo de consolidação em torno dos nomes de apenas algumas escritoras brasileiras do passado. Caso não haja um trabalho consistente através do pós-resgate, em breve, ou talvez já o estejamos fazendo, haverá o resgate do resgate. Ou seja, não basta retirar um texto do passado e publicar novas edições, é preciso mais para alterar uma estrutura literária estabelecida de forma rígida. Esses passos a mais incidem diretamente em relação à historiografia, à crítica, à teoria literária, além do viés didático da literatura no campo do ensino. Tais passos integram esse processo denominado de pós-resgate.

As mudanças e avanços ocorridos nas últimas décadas não foram suficientes para atingir de forma mais consistente e evidente a estrutura dos estudos literários no Brasil e as disciplinas e planos de ensino dos cursos de Letras bem o demonstram. Carecemos de materiais que considerem a presença da autoria feminina em nosso passado literário relacionados à historiografia, à crítica, à teoria literária, além dos materiais didáticos que possam subsidiar o trabalho docente com a literatura em uma perspectiva mais crítica e inclusiva — considerando-se os múltiplos desafios dessa proposição.

A consolidação desse caminho de resgate e pós-resgate passa pelo âmbito educacional em diferentes níveis, a partir de suas especificidades: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Graduação e Pós-Graduação. Além das imprescindíveis novas edições originadas do resgate, o processo de pós-resgate deve ter por objetivo inserir de fato as escritoras ao contexto literário brasileiro. Por exemplo, em relação ao Romantismo, temos poetas/poetisas românticas, como Júlia da Costa (1844–1911), dentre outras, e ao menos duas romancistas: Ana Luísa de Azevedo Castro (1823–1869), a qual utilizou o pseudônimo de Índigena do Ipiranga, com *D. Narcisa de Villar* (1858 — folhetim; 1859 — livro) e Maria Firmina dos Reis (1822–1917), a qual utilizou o pseudônimo Uma Maranhense, com seu romance *Úrsula* (1859). Mais ao final do século XIX temos duas escritoras com extensa lista de obras literárias publicadas, como Maria Benedita Borman (1853–1895), a qual utilizou o pseudônimo Délia, autora de romances como *Aurélia* (1883), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1893); e Júlia Lopes de Almeida, que escreveu, dentre outros, os romances *A família Medeiros* (1892), *Memórias de Marta* (1899) e *A falência* (1901). Os estudos sobre as obras de Maria Benedita Bormann e de Júlia Lopes de Almeida as aproximam do Naturalismo, mas ainda estamos em um patamar incipiente e há muito a ser feito nesse sentido.

O pós-resgate é uma oportunidade para se pensar e reavaliar os rumos do resgate. O que se pretende afinal? Apenas reconhecer que as escritoras do passado existiram e eventualmente considerar a leitura de suas obras em volumes específicos somente com textos de autoria feminina, como um material anexo ou em apêndice, ou ocupar o espaço legitimado da literatura, com a inserção natural dos nomes de escritoras em diferentes períodos literários? Penso já ser tempo de que sejam lidas e estudadas nos diferentes períodos literários, sem a necessidade de antologias específicas ou de serem abordadas com certa aura de “romantização” das margens e exclusões.



Referências Bibliográficas

- Almeida, J. L. (2007). *Memórias de Marta*. Editora Mulheres.
- Almeida, J. L. (2019). *A falência*. Penguin; Companhia das Letras.
- Almeida, J. L. (2021). *A família Medeiros*. Editora Carambaia.
- Bormann, M. B. (1988). *Celeste*. Presença.
- Bormann, M. B. (2014). *Aurélia*. Editora Mulheres.
- Bormann, M. B. (2021). *Lésbia*. Editora 106.
- Castro, A. L. de A. D. (1997). *Narcisa de Villar — Legenda do tempo colonial*. Editora Mulheres.
- Duarte, C. L. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*. Autêntica Editora.
- Muzart, Z. L. (Org.). (1999). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 1). Editora Mulheres/Edunisc.
- Muzart, Z. L. (Org.). (2004). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 2). Editora Mulheres/Edunisc.
- Muzart, Z. L. (Org.). (2009). *Antologia de escritoras brasileiras do século XIX* (Vol. 3). Editora Mulheres/Edunisc.
- Reis, M. F. dos. (2004). *Úrsula*. Editora PUC-Minas.
- Santos, R. C. (Org.). (2023). *Gazel: romance-folhetim de 1881 e outros textos, de Luiza Leonardo*. Editora da UFSC. <https://editora.ufsc.br/estante-aberta/>
- Santos, R. C. (Org.). (2025). *Mariana Coelho (1857–1954)*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Schmidt, R. T. (2010). Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In R. Dalcastagnè & V. M. V. Leal (Orgs.), *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. Editora Horizonte.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.



Todo o conteúdo da **NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.